

Em Tese

MEMÓRIAS DECOLONIAIS: O TESTEMUNHO COMO RECURSO DO SABER HISTÓRICO

Decolonial Memories: testimony as resource of historical knowledge


Leopoldo Guilherme Pio

Doutor em Ciências Sociais (UERJ/PPCIS)

Professor Adjunto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil

leopoldo.pio@unirio.br

<https://orcid.org/0000-0002-6778-4992> 

Gabriel da Silva Vidal Cid


Doutor em Sociologia (UERJ/IESP)


Pós-doutorando

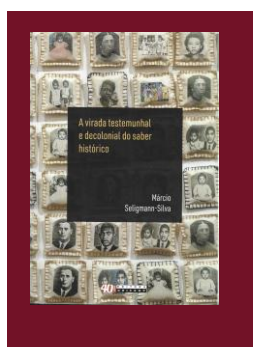
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil

Brasil

gabrielsvcid@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0479-041X> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 



SELLIGMAN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: UNICAMP, 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade. Testemunho. Memória. Saber histórico.

KEYWORDS: Decoloniality. Testimony. Memory. Historical knowledge.

Assim como a cultura não é isenta de barbárie, a memória e o saber histórico não estão isentos dos efeitos das injustiças, da opressão social e política, da desigualdade, do silenciamento das minorias, dos massacres e dos genocídios. Muito ao contrário, os produtos culturais, historicamente situados, são sempre documentos de alguma forma de barbárie: como lembra Benjamin, a história dominante é sempre escrita a partir dos interesses dos vencedores, o que nos conduziria à necessidade de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin 1994, p. 225)¹. Trata-se de destruir os monumentos da história tradicional, na medida em que memória oficial é elaborada à custa do apagamento, recalçamento ou apropriações de outras visões do passado.

É a partir dessa inspiração benjaminiana que *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, de Márcio Seligmann-Silva, discute os modos de produção da história que evitam assumir as catástrofes que caracterizam os séculos XX e XXI, isto é, a dimensão violenta e conflituosa da Modernidade. Daí a importância atribuída aos testemunhos, uma expressão dos grupos que sofreram alguma espécie de opressão e exploração: para aqueles que foram violentados, dizimados ou deportados, o testemunho é um impulso de contar a experiência e dar sentido ao mundo no qual foi vítima e, portanto, uma “condição de sobrevivência” (Seligmann-Silva, 2022, p. 141). A obra aborda o momento crítico em que vivemos. O autor traz, por um lado, o questionamento do caráter elitista e excludente do saber histórico tradicional, que sistematicamente invalida o caráter plural e contraditório da história e, por outro, a importância assumida pelos testemunhos produzidos para além das formas tradicionais ou dos novos discursos sobre a memória, mas principalmente a proliferação de diversos *dispositivos testemunhais*: diários de guerra, relatos sobre tortura e outras violências, genocídios e narrativas de grupos historicamente oprimidos e subalternizados.

Ao compreender os testemunhos como forma de afirmação das memórias, antes silenciadas, abre-se a possibilidade de estabelecer novos contatos com o passado e com o esquecimento. Nesse sentido, os testemunhos não são apenas uma expressão de experiências da barbárie, mas igualmente uma espécie de método analítico que “busca por ler na cultura, as marcas das catástrofes da modernidade” (Seligmann-Silva, 2022, p. 153). É a partir desse enquadramento inicial que podemos compreender o primeiro mérito da

¹ Fazemos menção a tese VII do ensaio sobre o conceito da história, em que Benjamin afirma que “Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (Benjamin 1995, p. 225).

reflexão proposta: o esforço em problematizar os discursos oficiais e da sua desconstrução, através dos usos políticos e estéticos dos testemunhos, entendidos como uma forma de lidar com a opressão, o trauma e a morte, mas igualmente como um método de análise e ação política. Estas tarefas serão desenvolvidas a partir de duas bases teóricas: a perspectiva sócio-histórica de Walter Benjamin e os estudos pós-coloniais e decoloniais.

Seligmann-Silva se concentra em três propostas de Benjamin a respeito da necessidade de explodir a continuidade da historiografia oficial: a crítica à noção de história universal e única que desconsidera a diversidade e as tensões entre as classes dominantes e os oprimidos pela história; a desconstrução do caráter épico das narrativas históricas, que valoriza a visão triunfante destes mesmos grupos em detrimento dos oprimidos; e, por fim, a crítica à identificação naturalizada com tal história, e a consequente “empatia” com aqueles que dominam a sua escrita. Desconstruir a pretensão a uma história universal só é possível na medida em que se problematize a noção de continuidade histórica orientada pela noção de progresso. Nesse sentido, pensar o testemunho significa:

[...] transpor para análise da cultura a máxima benjaminiana [...] que todo documento de cultura é um documento da barbárie. Essa história tensionada, marcada pela violência é o contexto que participa de modo determinante na definição das estratégias enunciativas estéticas que devemos ler como mensagens na garrafa portadoras de *teor testemunhal*” (Seligmann-Silva, 2022, p. 131).

Seligmann-Silva remete à distinção benjaminiana entre *teor de verdade* e *teor coisal*, atualizando tal reflexão através da noção de *teor testemunhal*. Benjamin desenvolve esses conceitos especialmente nos ensaios sobre Goethe, no estudo sobre o barroco alemão, e no miniensaiio “Treze teses contra esnobes”, com o objetivo de se estabelecer uma relação entre, forma e conteúdo das obras culturais. Nesse sentido, “conteúdo [*Inhalt*] e forma [*Form*] são na obra de arte um só: teor [*Gehalt*]”, enquanto nos documentos reina inteiramente a materialidade (Benjamin, 1995, p. 32)². Portanto, o “teor” é um recurso analítico que permite posicionar as obras culturais em uma historicidade específica, sem resumi-la a este contexto. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2018), o teor de coisa seria a espessa camada da realidade histórica incorporada ao texto literário na materialidade da língua particular na qual ele foi escrito. O teor de verdade, por sua vez, corresponderia ao significado daqueles dados do real que compõem o teor coisal. Ao contrário da literatura de

² Benjamin propõe um contraste entre obra, objetivo dos artistas e documento. O artista e o crítico buscam “teores” das obras, enquanto o homem primitivo se exprime através de documentos. A obra se intensifica quanto mais a observamos, enquanto um documento só subjuga pela surpresa (Benjamin, 1995, p. 32). O teor, portanto, possui um sentido transformado intrinsecamente vinculado à historicidade dos produtos culturais, para além de sua “atualidade” ou funcionalidade.

testemunho, o teor testemunhal pode ser encontrado em qualquer produção cultural. A proposta do autor nos ajuda a compreender os tensionamentos que vem desestabilizando os conceitos formais de monumento e museu, assim como a história tradicional.

Tal articulação permite a Seligmann-Silva desenvolver a análise do que denomina de “virada testemunhal do saber histórico”, remetendo ao surgimento de novas sensibilidades desenvolvidas no contexto pós-colonial: “[...] em que o corpo e sua localização passam a ser reconhecidos como parte da construção de outras narrativas e epistemologias” (Seligmann-Silva, 2022, p. 19). Essas novas sensibilidades sugerem a necessidade de gerar argumentos que permitam a desconstrução de uma lógica colonial que continua a reproduzir por outros meios e formas a violência e a desigualdade. Como lembram os teóricos da decolonialidade, o “giro decolonial” requer a suspensão da lógica de reconhecimento e uma renúncia das instituições e práticas que sustentam ao menos três formas de colonialidade: do poder, do saber e do ser (Maldonado-Torres, 2020)³.

Historicamente, os países e regiões invadidas e colonizadas pela Europa se subordinaram a uma espécie de geopolítica do conhecimento, em que suas epistemologias foram silenciadas ou objetificadas (Dussel 2005). A teoria decolonial problematiza os modos pelos quais o nosso senso comum e as ciências elaboram tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, “[...] permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização” (Maldonado-Torres 2020, p. 29). Trata-se, nesse sentido, de conectar a dimensão epistêmica aos modos de constituir a memória e a história das coletividades que sofreram o processo de exploração e controle pelos países europeus. Segundo Seligmann-Silva, o que está em jogo é o desafio de constituir uma memória da barbárie contrária ao historicismo, que tende a criar uma “memória encobridora” – nada mais do que um modo dos algozes negarem a barbárie e silenciar as vozes que possam evidenciar seus crimes. Tais percepções têm por base a concepção historicista e progressista que Benjamin criticava, posto que é baseada em um “tempo homogêneo e vazio”, isento de tensões ou contradições.

³ Parte-se do princípio de que, apesar das semelhanças entre a reflexão pós-colonial e a decolonial, há algumas diferenças significativas entre as duas perspectivas. Para a decolonialidade, o pensamento pós-colonial não aprofunda suficientemente a análise e desconstrução dos paradigmas eurocêntricos do conhecimento, propondo uma inclusão que não coloca em questão as bases epistemológicas do pensamento colonial. O Sul global seria pensado como presenças identitárias, mas não como sujeitos que enunciam outros saberes ou epistemologias. Para usar os termos de Fidel Tubino, o multiculturalismo defendido nos estudos pós-coloniais partem da ideia de uma “interculturalidade funcional”, enquanto a teoria decolonial argumentaria em favor de uma “interculturalidade crítica” (Tubino, 2012).

A leitura benjaminiana propõe uma interrupção intencional desse fluxo de tempo para que se possa descobrir as contradições e ambiguidades do processo histórico: sair do curso do tempo para interferir nele, em uma espécie de assincronia que permita neutralizar a continuidade histórica. A tese de Seligmann-Silva é que o teor testemunhal das narrativas dos sobreviventes teria as condições de realizar a proposta benjaminiana. O testemunho como modalidade de memória possui o poder de criar uma ponte entre o narrador (o “sobrevivente”) e uma comunidade, um religamento com o mundo, tanto da experiência de um trauma quanto do desejo de (re)nascido. Daí que mesmo a sua impossibilidade, suas lacunas e limitações são significativas. São vozes sistematicamente silenciadas ou negadas em sua legitimidade, o que constitui uma dupla forma de perversidade:

[...] o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência. a situação radicalmente outra na qual todos deveriam morrer constitui sua origem negativa. A indivisibilidade do testemunho ganha com esse aspecto um peso inaudito mas o negacionismo é também perverso porque toca no sentimento acima referido de irrealidade da situação vivida o negacionista parece coincidir com um sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional o apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário, posterior também tende a se afirmar; não foi verdade. A resistência quando se trata de enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo (Seligmann-Silva, 2022, p. 155).

Todo genocídio implica em alguma forma de epistemicídio e um memoricídio, pois as políticas de esquecimento e silenciamento são recursos da necropolítica, assim como discutida por Achile Mbembe (2018). Como lembra Seligmann-Silva, quanto mais violento um país, ou seja, as suas elites, mais essas políticas de esquecimento são utilizadas. Nesse sentido, a primeira tarefa do sobrevivente é “paradoxalmente ir ao encontro da morte dependendo disso o caminho para a vida [...]”. A tarefa do sobrevivente e de seus herdeiros passa a ser em primeiro lugar a luta pela restituição dos mortos” (Seligmann-Silva 2022, p. 145-6). O Brasil é um país particularmente marcado pelo aniquilamento e marginalização de grupos, memórias e saberes⁴. Como lembra o próprio autor em entrevista ao Jornal da Unicamp:

Nossas cidades e estradas que comemoram, nos nomes de ruas e em monumentos, ditadores, bandeirantes, generais corruptos e sanguinários apenas dão uma face a esse gigantesco dispositivo de esquecimento que é

⁴ Cabe lembrar as diversas tentativas da gestão de Jair Bolsonaro à frente do Governo Federal (2018-2022), de controlar ou sucatear instituições e categorias profissionais responsáveis pela interpretação e preservação crítica da história, em especial o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Palmares. A desqualificação sistemática da importância de figuras históricas representativas das minorias, como Zumbi dos Palmares, ou a tentativa de impedir o reconhecimento legal da profissão de historiador (alegando impedimento do livre exercício profissional e à livre expressão da atividade intelectual) são alguns dos possíveis exemplos recentes.

mobilizado em todas as sociedades modernas, mas aqui de modo mais radical. Se não fosse essa máquina de produção de obliúvio e de glamourização da catástrofe, não teria sido possível eleger um acabado representante dessa violência (neo) colonial, como ocorreu no Brasil em 2018. [...] No Brasil, temos como tarefa a necessidade de reescrever a história a contrapelo [...]. É isso que significa a virada testemunhal do saber: outros corpos e epistemologias, outras experiências e emoções adentram e recompõem o campo político-cultural desafiando o monolinguismo colonial das elites, fraturando a episteme dita ocidental. [...] Também é isso que os movimentos sociais das mulheres, dos negros, dos LGBTQIA+, dos solidários e participantes das lutas operárias e camponesas, entre tantos outros novos agentes da inscrição mnemônica e histórica, estão tentando fazer. Essas lutas sempre existiram em maior ou menor escala, mas agora, com a nova onda fascista, ficou mais claro do que nunca que essa reescritura crítica e plural da história, eivada de testemunho, é fundamental, porque uma sociedade afogada no negacionismo, no pensamento único e monolíngue está condenada a produzir e a reproduzir genocídios. Como dizia o poeta [Heinrich] Heine, onde se queimam livros, logo se queimam pessoas (Editora da Unicamp, 2022).

Os exemplos históricos acionados por Seligmann-Silva ilustram a trajetória de exploração atrelada ao apagamento da memória dos que sofreram a violência na organização da modernidade. Dentre os exemplos trabalhados pelo autor, podemos destacar a *shoa*, os genocídios do povo armênio e do grupo tutsi, em Ruanda; a invasão e conquista das Américas por estados europeus; o horror na criação do sistema escravista e os governos ditatoriais em diversos países na América Latina.

Seligmann-Silva dá continuidade e aprofunda, em *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, suas discussões sobre a complexidade e as dificuldades no trato com a memória traumática, uma memória “inflamada”. Como aponta o autor, tal trato não deve ser evitado. Dialogando com Freud, entre outros, Seligmann-Silva (2005, 2012) afirma que lidar com essas memórias da dor, a partir dos testemunhos, é positivo na elaboração de uma agenda de reconhecimento da violência, de restituição e superação das desigualdades históricas e na representação dos povos subalternizados. Sua discussão, especialmente quando propõe o conceito de antimonumento (Seligmann-Silva, 2016), no campo das artes, nos ajuda a compreender as diversas saídas que vêm sendo propostas para o trato da representação e superação das memórias da dor.

Assim, a contribuição do autor vai ao sentido de organizar um debate acadêmico relativamente recente⁵, que vem se avolumando sobre o tema e que se torna cada vez mais frequente no espaço público⁶. Outra contribuição importante, da obra em questão, reside

⁵ Ver, como exemplo, análises em Pollak (1989), Jelin (2002), Sontag (2003), Santos (2003, 2013), Sodaro (2018).

⁶ O debate se tornou mais frequente a partir de desdobramentos dos protestos contra o assassinato de George Floyd, nos EUA. O movimento, conhecido como “All monuments must fall” propõe a derrubada ou rasuras em

na possibilidade de refletirmos sobre o negacionismo histórico e o ressentimento, presente e fomentado particularmente por grupos de extrema direita. Esse debate se aproxima da dimensão ética que envolve tanto as políticas públicas no campo da memória, museus e patrimônio cultural, quanto às possibilidades de representação artística e política na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. As afinidades eletivas de Goethe. *In*: BENJAMIN, Walter. **Ensaios reunidos**: escritos sobre Goethe. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Treze teses contra esnobes. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

EDITORA DA UNICAMP. Marcio Seligmann-Silva lança livro sobre teoria decolonial. Entrevista concedida a Editora Unicamp. **Jornal da Unicamp**, set. 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2022/09/01/marcio-seligmann-silva-lanca-livro-sobre-teoria-decolonial>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Comentário filológico e crítica materialista. Ensaio sobre Walter Benjamin. *In*: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires/Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade /decolonialidade: Algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MENEGUELLO, Cristina; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **Corpos e Pedras**: estátuas, monumentalidade e história. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

monumentos públicos provocando a reflexão sobre monumentos e homenagens a escravistas e ditadores, no espaço público. Ver Vergés (2020), Mirzoeff (2021) e estudos reunidos em Meneguello e Bentivoglio (2022).

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRZOEFF, Nicholas. All the monuments must fall #charlottesville. **The Funambulist**, 2021. Disponível em: <https://thefunambulist.net/magazine/against-genocide/all-the-monuments-must-fall-charlottesville>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico. Campinas: UNICAMP, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-faústico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. *In*: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. **Violência na história**: Memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio, NETROVSKI, Arthur. (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo (30), p. 71-98, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. **Psicologia USP**, v. 27, 2016.

TUBINO, Fidel. Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico. *In*: FERNÁNDEZ, Silvia; SINNIGEN, Jonh H. (eds.). **América para todos los americanos**: Prácticas interculturales. Mexico: UNAM, 2012. p. 355-366.

VERGÉS, Françoise. **Decolonizar o Museu**: Programa de desordem absoluta. São Paulo: UBU, 2023.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MEMÓRIAS DECOLONIAIS: O TESTEMUNHO COMO RECURSO DO SABER

Leopoldo Guilherme Pio

Doutor em Ciências Sociais (UERJ/PPCIS)

Professor Adjunto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil

leopoldo.pio@unirio.br

<https://orcid.org/0000-0002-6778-4992>

Gabriel da Silva Vidal Cid

Doutor em Sociologia (UERJ/IESP)

Pós-doutorando

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil

gabrielsvcid@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0479-041X>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Visconde de Cairu, 154/301, 20270-050, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

